

Manual Prático da
ADVOCACIA
PREVIDENCIÁRIA

TEORIA > PRÁTICA > LEGISLAÇÃO

FABIANA FERNANDES DE GODOY

Procuradora Jurídica Municipal - Pós-graduada em Direito Civil e em Processo Civil, professora e palestrante, mais de 20 anos de experiência na prestação de serviços de apoio ao profissional regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.

Manual Prático da **ADVOCACIA PREVIDENCIÁRIA**

TEORIA > PRÁTICA > LEGISLAÇÃO

11ª EDIÇÃO


EDITORA MIZUNO
QUALIDADE E SERIEDADE EM LIVROS

Manual Prático da Advocacia Previdenciária - 11ª Edição

© Fabiana Fernandes de Godoy

EDITORA MIZUNO 2024

Revisão: José Silva Sobrinho

Revisão Técnica: Fabiana Fernandes de Godoy

Catalogação na publicação Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	
G589m	<p>Godoy, Fabiana Fernandes de.</p> <p>Manual prático da advocacia previdenciária: teoria, prática e legislação / Fabiana Fernandes de Godoy. – 11. ed. – Leme-SP: Mizuno, 2024.</p> <p>716 p.; 16 X 23 cm</p> <p>ISBN 978-65-5526-794-5</p> <p>1. Direito. 2. Aposentadoria. 3. Previdência. I. Godoy, Fabiana Fernandes de. II. Título.</p> <p>CDD 340</p>
Índice para catálogo sistemático I. Direito	

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA MIZUNO

Rua Benedito Zacariotto, 172 - Parque Alto das Palmeiras, Leme - SP, 13614-460

Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210

Fone/Fax: (0XX19) 3571-0420

Visite nosso site: www.editoramizuno.com.br

e-mail: atendimento@editoramizuno.com.br

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

Agradecimentos

Pai, Mãe, Ana Beatriz, Edson e Mônica, porque quando tudo ainda era só uma ideia vocês também estavam lá.

Fabiana F. de Godoy

APRESENTAÇÃO

Deixando de lado o debate político, sendo certo que desde o surgimento do Plano Real todos os governos tentaram reestruturar a Previdência no Brasil, é importante ressaltar que da forma como estava, o sistema público quebraria em poucos anos, embora a forma como foi implantada seja controversa inclusive dentro do próprio governo.

Embora a Reforma da Previdência tenha atingido também os servidores públicos, este Manual trata tão somente dos trabalhadores da iniciativa privada que obtêm seus benefícios pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS, seguindo, portanto, suas regras.

É importante ressaltar que após a aprovação pelo Senado Federal, mas antes da promulgação da Emenda Constitucional que possibilitou a reforma previdenciária, já se discutiam alterações pontuais, sobretudo no que diz respeito a aposentadoria especial.

Esta constante modificação e eterna incerteza sobre as regras previdenciárias se devem, sobretudo, ao fato de que governo algum (desde o Plano Real) tem poderio político suficiente para efetivamente realizar uma reforma substancial e definitiva, sendo que as decisões têm girado mais em razão de conchavos políticos do que considerando-se a necessidade de economia para a redução do déficit previdenciário.

Com efeito, embora denominada de Reforma, a Emenda Constitucional que alterou algumas regras da Previdência Social não atingiu todos os Benefícios Previdenciários, e, ao contrário do que algumas pessoas supõem, também não afetou todos os segurados, considerando-se que a Aposentadoria Rural do pequeno produtor não sofreu alteração, da mesma forma como não foram atingidos os benefícios assistenciais às pessoas com deficiência ou idade avançada.

Essa obra pretende guiar o profissional da área na difícil tarefa de entender e aplicar as regras previdenciárias de forma a garantir o melhor Benefício previdenciário para seu cliente, maximizando os resultados do profissional; e para que entendamos onde estamos atualmente, é necessário conhecermos a origem da Previdência no Brasil, iniciando esta obra com um histórico com a origem e evolução legislativa, explicitando o Benefício Previdenciário mais adequado ao cliente e findando no recebimento de valores.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

Origem e Evolução Legislativa	27
1. No Brasil.....	27
1.1. Constituição de 1824	27
1.2. Constituição de 1891	27
1.3. Constituição de 1934	28
1.4. Constituição de 1937	29
1.5. Constituição de 1946	29
1.6. Constituição de 1967	29
1.7. Emenda Constitucional nº 1, de 1969.....	30
1.8. Constituição de 1988	30
1.9. As Emendas Constitucionais ocorridas desde 1988 até 2019	30

CAPÍTULO II

Seguridade Social.....	31
1. Conceituação	31
2. Organização.....	32

CAPÍTULO III

Princípios da Seguridade Social	33
1. Solidarismo	34
2. Princípios Constitucionais	34
2.1. Universalidade da Cobertura e do Atendimento.....	34
2.2. Uniformidade e Equivalência dos Benefícios e Serviços às Populações Urbanas e Rurais.....	35
2.3. Seletividade e Distributividade na Prestação de Benefícios e Serviços.....	35
2.4. Irredutibilidade do Valor dos Benefícios	35
2.5. Equidade na Forma de Participação no Custeio.....	36
2.6. Diversidade da Base de Financiamento.....	36
2.7. Caráter Democrático e Descentralizado na Gestão Administrativa	36
3. Tríplce Forma de Custeio.....	37
4. Preexistência do Custeio em Relação ao Benefício ou Serviço	37

CAPÍTULO IV

Autonomia do Direito da Seguridade Social	39
--	-----------

CAPÍTULO V

Aplicação das Normas Previdenciárias	41
1. Hierarquia	41
2. Interpretação.....	41
3. Integração	42
4. Eficácia	42
4.1. Eficácia no Tempo.....	42
4.2. Eficácia no Espaço.....	42
5. O Neoconstitucionalismo e o Direcionamento desta Obra.....	43

CAPÍTULO VI

Segurados	45
1. Espécies.....	45
2. Filiação e Inscrição.....	46
3. Sobre as Espécies de Segurados.....	47
3.1. Empregado	47
3.2. Empregado Urbano	47
3.3. Empregado Rural.....	49
3.4. Diretor Empregado	49
3.5. Trabalhador Temporário.....	50
3.6. Empregado Doméstico.....	50
3.7. Empresário	51
3.8. Trabalhador Avulso.....	52
3.9. Segurado Especial.....	52
3.10. Contribuinte Individual	55
3.11. Segurado Facultativo	55

CAPÍTULO VII

Os outros sujeitos da Relação Previdenciária	57
1. Empresa	57
1.1 Empregador Doméstico	57
1.2 Microempreendedor Individual.....	57

CAPÍTULO VIII

Sobre a Qualidade de Segurado, o Período de Graça e a Perda da Qualidade de Segurado ...	59
---	-----------

CAPÍTULO IX

Dependentes	63
1. Conceito e Classes.....	63
2. Sobre a Deficiência do Dependente	65
3. Sobre a Dependência Financeira e Existência de Vínculo Socioafetivo:	65
4. Sobre a Perda da Qualidade de Dependente.....	66
5. Sobre a Inscrição de Dependentes	67

CAPÍTULO X

Contribuições	69
1. Contribuição da União	69
2. Contribuição do Segurado	69
3. Contribuição da Empresa.....	69
4. Contribuição do Empregador Doméstico.....	70
5. Contribuição do Produtor Rural e do Segurado Especial.....	70
6. Clubes de Futebol	71
7. Contribuição sobre a Receita de Concursos de Prognósticos	71
7. Outras Receitas.....	71
8. Contribuição do Contribuinte Individual e MEI.....	72
9. Contribuinte do Facultativo e o “Baixa Renda”	73

CAPÍTULO XI

Responsabilidade na Realização de Contribuições Previdenciárias	75
1. Segurado Empregado	75
2. Trabalhador Avulso.....	75
3. Segurado Empregado Doméstico	75
4. Contribuinte Individual.....	76
5. MEI.....	76
6. Segurado Facultativo	76
7. Segurado Especial.....	76

CAPÍTULO XII

Salário de Contribuição	79
1. Valor.....	79
2. Incidência	80
2.1. Limite de Incidência.....	81
3. Não Incidência.....	81
4. Prazo para Recolhimento	83

4.1. Consequências do Atraso no Recolhimento.....	84
4.1.1. Juros de Mora.....	84
4.2. Multa.....	85
4.2.1. Contribuições Urbanas	85
4.2.2. Contribuições Rurais.....	87

CAPÍTULO XIII

Carência	89
-----------------------	----

CAPÍTULO XIV

Obrigações Acessórias	93
------------------------------------	----

CAPÍTULO XV

Responsabilidade Solidária	95
---	----

CAPÍTULO XVI

Decadência	97
-------------------------	----

CAPÍTULO XVII

Restituição e Compensação de Contribuições	99
---	----

CAPÍTULO XVIII

Regularização do CNIS	101
------------------------------------	-----

CAPÍTULO XIX

Crimes Contra a Seguridade Social	105
--	-----

CAPÍTULO XX

Dívida Ativa da Seguridade Social	107
--	-----

CAPÍTULO XXI

Benefícios Previdenciários	109
---	-----

1. Aposentadoria por Idade: Urbana e Rural	109
1.1. Sobre o Início de Prova Material	112
1.2. Pagamento	115
1.3. Valor do Benefício	115
1.4. Se o Segurado volta a Trabalhar	116

1.5. Documentos Necessários para requerer a Aposentadoria por Idade	116
1.6. Aposentadoria por Idade Empregado Rural	118
1.6.1. Documentos que Comprovem o Exercício da Atividade Rural	118
1.6.2. Sobre o Início da Prova Material (Rural)	120
2. Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Serviço): Urbana e Rural	122
2.1. Comprovação do Tempo de Serviço	122
2.2. Tempo Exigido (Carência)	123
2.3. Pagamento	126
2.4. Valor do Benefício	126
2.5. Se o Segurado voltar a Trabalhar	126
2.6. Documentos necessários para requerer a Aposentadoria:.....	126
2.7. A Aposentadoria por Tempo de Serviço a Trabalhador Rural	127
2.8. Mudança no Fator Previdenciário em Relação a Aposentadoria por Tempo de Serviço (Tempo de Contribuição)	127
3. Aposentadoria por Invalidez	128
3.1. Perícia Médica Permanente	128
3.2. Pagamento	129
3.3. Valor do Benefício	129
3.4. Documentos necessários para requerer a Aposentadoria.....	130
3.4.1. Trabalhador Avulso e Empregado Doméstico	130
3.4.2. Contribuinte Individual e Facultativo	130
3.4.3. Segurado Especial.....	131
3.5. Documentos Exigidos se a Invalidez for Fruto de Acidente de Trabalho	132
3.5.1. Segurado e Empregado.....	132
3.5.2. Trabalhador Avulso.....	133
3.5.3. Segurado Especial - Trabalhador Rural	133
3.5.3.1. Sobre o Início de Prova Material	134
3.5.4. Sobre a Autenticação de Cópias pelo Advogado:	136
4. Aposentadoria por Deficiência	138
4.1. Valor do Benefício:	139
4.2. Conversão de Tempo de Serviço Comum em Tempo de Serviço da Pessoa com Deficiências – Deficiência Adquirida	139
4.3. Conversão de Tempo de Serviço Especial para Tempo de Serviço de Pessoa com Deficiência	140
5. LOAS – Benefício de Prestação Continuada - Assistência ao Idoso e ao Deficiente	142
5.1. Requisitos.....	142
5.2. Pagamento	145
5.3. Valor do Benefício	145
5.4. Documentos necessários para requerer a LOAS	145
6. Aposentadoria Especial.....	146

6.1. Requisitos.....	147
6.2. Agentes Nocivos.....	148
6.3. Pagamento	158
6.4. Valor do Benefício	158
6.5. Se o Segurado voltar a Trabalhar	159
6.6. Documentos Necessários para requerer a Aposentadoria Especial.....	159
6.7. Sobre a Autenticação de Cópias pelo Advogado	159
7. Auxílio-Acidente.....	160
7.1. Acumulatividade.....	161
7.2. Pagamento	164
7.3. Valor do Benefício	164
7.4. Informações relevantes sobre o Auxílio-acidente	166
8. Auxílio-doença.....	167
8.1. Requisitos.....	168
8.2. Sobre a Alta Programada	168
8.3. Perda da Qualidade de Segurado.....	169
8.4. Pagamento	170
8.5. Valor do Benefício	170
8.6. Documentos necessários para requerer o Auxílio-doença	170
8.7. Sobre a Autenticação de Cópias pelo Advogado	171
8.8. Documentos que Comprovam o Exercício da Atividade Rural	172
8.9. Sobre o Início de Prova Material	174
9. Auxílio-reclusão.....	176
9.1. Sobre a Renda Máxima.....	177
9.2. Carência	178
10. Duração do Benefício.....	178
10.1. Exigências.....	179
10.2. Documentos necessários para requerer o Auxílio-Reclusão.....	179
10.3. Sobre a Autenticação de Cópias pelo Advogado	181
10.4. Inexistência de Contribuição	182
11. Salário-maternidade.....	182
11.1. Requisitos.....	184
11.2. Pagamento	184
11.3. Valor do Benefício.....	184
11.4. Tabela Prática do Salário-maternidade:	185
11.5. Documentos necessários para requerer o Salário-Maternidade:	185
12. Salário-família	186
12.1. Pagamento	186
12.2. Valor do Salário-Família.....	187

12.3. Documentos necessários para requerer o Salário-Família	187
13. Pensão por Morte	188
14. Perda da qualidade	189
14.1. Valor da Pensão por Morte	190
14.2. Validade da Pensão por Morte	191

CAPÍTULO XXII

O Auxílio-inclusão	193
---------------------------------	------------

CAPÍTULO XXIII

Sobre as Regras de Transição: Explicações Relevantes	195
---	------------

CAPÍTULO XXIV

A Nova Aposentadoria	197
-----------------------------------	------------

CAPÍTULO XXV

Fator Previdenciário	199
-----------------------------------	------------

CAPÍTULO XXVI

Sobre o Início de Prova Material	203
---	------------

CAPÍTULO XXVII

Sobre a Inexistência de Contribuição Previdenciária	205
--	------------

CAPÍTULO XXVIII

Não Necessidade de Esgotamento da Via Administrativa	207
---	------------

CAPÍTULO XXIX

Explicações sobre a Acumulatividade do Auxílio-Acidente e Aposentadoria	209
--	------------

CAPÍTULO XXX

Explicações acerca da Ação de Concessão de Auxílio-Reclusão (Contribuições acima do teto)	211
--	------------

CAPÍTULO XXXI

Regras de Transição	213
----------------------------------	------------

CAPÍTULO XXXII

Informações finais sobre a propositura de Ações Judiciais	217
1. Da Competência	217
2. Valor da Causa x Valor da Condenação.....	218

CAPÍTULO XXXIII

Recursos e Incidentes Judiciais no Juizado Especial Federal	219
--	------------

CAPÍTULO XXXIV

Perguntas mais frequentes sobre a Reforma da Previdência	223
---	------------

CAPÍTULO XXXV

Perguntas mais frequentes em Revisão de Benefício e Pensão Previdenciária.....	225
---	------------

CAPÍTULO XXXVI

Explicação sobre a Restituição de Contribuição Previdenciária sobre o 13º Salário	227
---	------------

CAPÍTULO XXXVII

Mandado de Segurança ou Ação de Obrigação de fazer c/Pedido de Tutela de Urgência ou Evidência? (Decurso do Tempo sem Manifestação de Concessão ou Não do Benefício pelo INSS)	229
1. Foro Competente.....	230
2. Juizado Especial Federal ou Justiça Federal?	230
3. À Inicial devem ser Acostados os Seguintes Documentos:.....	231
4. Como Calcular o Valor da Causa?	231

CAPÍTULO XXXVIII

Ações Envolvendo Incapazes	233
1. Atendendo ao Despacho – Caso de Tutela.....	233

CAPÍTULO XXXIX

O que fazer no caso de Não Pagamento de Acumulados em Via Administrativa	235
---	------------

CAPÍTULO XL

O que é o período “de Graça”	237
---	------------

CAPÍTULO XLI

O CNIS	239
---------------------	------------

CAPÍTULO XLII

A Tutela de Urgência e a Tutela de Evidência em Ações Previdenciárias.....	241
1. Informações Iniciais e Comuns a Ambas as Medidas de Antecipação de Tutela:	241
2. A Tutela de Urgência	241
3. A Tutela de Evidência	242

CAPÍTULO XLIII

As Instruções Normativas do INSS.....	245
1. Ação para Concessão de Salário-Maternidade à Segurada Desempregada (Concessão durante o Período de Graça – Existência de Menos de 120 Contribuições Mensais sem a perda da Qualidade de Segurada – Demissão sem Justa Causa)	247
2. Ação para Concessão de Salário-Maternidade à Segurada Desempregada (Concessão durante o Período de Graça – Existência de Mais de 120 Contribuições Mensais sem a Perda da Qualidade de Segurada – Demissão sem Justa Causa)	250
3. Ação para Concessão de Salário-maternidade à Segurada Desempregada – Concessão durante o Período de Graça – Existência de menos de 120 Contribuições Mensais sem a Perda da Qualidade de Segurada – Sem Vínculo Empregatício).....	254
4. Ação para Concessão de Salário-maternidade à Segurada Desempregada (Concessão Durante o Período de Graça – Existência de mais de 120 Contribuições Mensais sem a Perda da Qualidade de Segurada – sem Vínculo Empregatício).....	257
5. Ação para Concessão de Salário-Maternidade à Segurada Desempregada (Concessão durante o Período de Graça – Existência de menos de 120 Contribuições Mensais sem a Perda da Qualidade de Segurada – Pedido de Demissão)	261
6. Ação para Concessão de Salário-maternidade à Segurada Desempregada (Concessão durante o Período de Graça – Existência de mais de 120 Contribuições Mensais sem a Perda da Qualidade de Segurada – Pedido de Demissão)	265
7. Ação de Concessão de Auxílio-doença. O Pedido Administrativo foi Indeferido sob a Alegação de Perda da Qualidade de Segurado. Ocorre que, em que Pese estar Afastado por mais de 12 Meses, o Segurado já havia Realizado mais de 120 Contribuições Mensais, o que lhe Assegura o Direito de Manter-se Afastado de Contribuições por até 24 Meses	269
8. Ação de Concessão de Auxílio-doença Oriundo de Doença Ocupacional	273
9. Ação de Conversão de Auxílio-doença para Aposentadoria por Invalidez – Portadora de HIV	277
10. Ação de Obrigação de fazer em Face do INSS – Benefício indeferido Administrativamente. Interposto recurso Administrativo – após longo Prazo, o INSS Não se Manifestou pela Concessão ou Indeferimento do Benefício – Inércia do INSS – Caso Específico de Aposentadoria por Invalidez ou Auxílio-doença derivado de Acidente.....	283
11. Ação de Obrigação de fazer em Face do INSS – O Benefício foi requerido Administrativamente e foi indeferido. Interposto recurso Administrativo, após longo prazo, o INSS não se Manifestou pela Concessão ou pelo Indeferimento do Benefício – Inércia do INSS – Caso Específico de Aposentadoria Especial	290
12. Inicial para Ação de Danos Morais por demora na Análise dos Documentos (<i>o Benefício já está sendo Usufruído pelo Segurado</i>).....	297
13. Ação de Obrigação de fazer – INSS não reconhece Tempo de Serviço conforme Sentença de Justificação Judicial	301

14. Ação Previdenciária (Concessão de Pensão por Morte – Não há Documentação Comprovando o Indeferimento Administrativo porque, quando da Tentativa de Entrada do Requerimento, ao realizar a Pesquisa de Contribuição o INSS Obstou a Entrada sob a Alegação de Total Impossibilidade – Segurado Falecido há mais de 05 Anos)	305
15. Ação Previdenciária (Concessão de Pensão por Morte – Indeferimento Administrativo sob a Alegação de Perda da Qualidade de Segurado)	309
16. Ação Previdenciária para Restabelecimento de Auxílio-doença por Acidente de Trabalho	313
17. Alvará para Levantamento de Benefício Previdenciário	317
18. Alvará para Levantamento de Resíduo Previdenciário	319
19. Concessão de Aposentadoria por Tempo de Serviço com Averbação de Tempo de Serviço Rural em Regime de Economia Familiar.....	321
20. Concessão de Auxílio-doença – Inexistência de Contribuições Previdenciárias em Nome do Trabalhador.....	326
21. Concessão de Aposentadoria por Idade a Trabalhador Rural – Economia Familiar.....	329
22. Concessão de Auxílio-Reclusão – Contribuições inexistentes.....	332
23. Concessão de Aposentadoria por Idade a Trabalhador Rural – Motorista Empregado.....	336
24. Concessão de Aposentadoria por Idade a Trabalhador Rural Autônomo	340
25. Concessão de Aposentadoria por Idade a Doméstica – Inexistência de Contribuições; Conta, contudo, com Declaração Firmada por Ex-patrão	343
26. Ação para Concessão de Aposentadoria por Tempo de Serviço a Empregada Doméstica sem Registro ..	348
27. Ação para Concessão de Aposentadoria por Idade à Empregada Doméstica sem Registro, que teve o Vínculo Empregatício Reconhecido somente após o Falecimento de seu Ex-patrão	351
28. Concessão de Auxílio Assistencial (Não Necessidade de Comprovação de Incapacidade para todos os Atos da Vida)	355
29. Concessão de Benefício Assistencial ao Idoso – Não Necessidade de Comprovação de Invalidez Física	361
30. Concessão de Benefício Assistencial – Art. 203, V, CF 88.....	366
31. Ação para Concessão de LOAS - Benefício de Prestação Continuada Indeferido em Razão do Critério Renda Familiar	369
32. Ação Inicial – Requerimento de LOAS – Benefício Indeferido em Razão de o Requerente Constar como segurado do INSS na Condição de Contribuinte Individual – Caso Envolvendo Fraude	372
33. Ação Inicial – Restabelecimento de LOAS Cancelado sem o Devido Processo Legal.....	375
34. Ação Inicial - Restabelecimento de LOAS Cancelada sob a Alegação de a Beneficiária estar Morta.....	379
35. Concessão de Benefício por Tempo de Contribuição – Averbação de Tempo de Serviço Rural.....	384
36. Concessão de Pensão por Morte – Reconhecimento da Qualidade de Companheira.....	388
37. Concessão de Pensão por Morte a Menor que estava sob a Guarda do Falecido	391
38. Concessão de Pensão por Morte – Dependência Econômica Não Reconhecida pelo INSS	394
39. Concessão ou Restabelecimento de Auxílio-doença	398
40. Restabelecimento de Auxílio Assistencial – Não Necessidade de Comprovação de Incapacidade para todos os Atos da Vida	402
41. Restabelecimento de Auxílio-acidente (Acidente de Trabalho)	408
42. Restabelecimento de Auxílio-acidente (Doença Ocupacional)	412
43. Ação para Acumulação de Auxílio-acidente e Aposentadoria por Invalidez Decorrentes do mesmo Fato Gerador. Vitaliciedade. Acidente anterior à Lei 9.528/97	416

44. Ação para Concessão de Aposentadoria aos 25 Anos de Trabalho - Pessoa que Trabalha em Instituição de Ensino, mas não é Professor.	420
45. Ação para Cessar Descontos Realizados pelo INSS em Razão de Recebimento Incorreto (Concessão Indevida) de Benefício Previdenciário – Recebimento de Boa-fé. requer, ainda, que seja conferido à Requerente o Direito de Optar pelo Benefício que lhe seja mais Vantajoso.....	424
46. Ação para Concessão de Aposentadoria por Idade a Pessoa com Deficiência.....	430

INICIAIS - REVISÃO DE BENEFÍCIO

1. Ação de Revisão de Aposentadoria por Idade para Inclusão de Contribuições Referentes às Atividades Concomitantes. - Caso: o INSS Considerou apenas uma das Atividades para o Cálculo do Valor da Aposentadoria – Prova Utilizada: CNIS com Anotações de “Pendência” e CTPS com as Anotações dos Salários Pagos	435
2. Ação de Revisão de Aposentadoria Especial, Deferida até 05.04.91	439
3. Ação de Revisão de Aposentadoria Especial, deferida entre 06.04.91 e 28.04.95.....	443
4. Ação de Revisão de Aposentadoria – por Acréscimo de Parcelas Salariais Reconhecidas em Reclamatória Trabalhista	447
5. Ação de Revisão de Aposentadoria por Idade – deferida até 05.04.91 (somente se a Aposentadoria foi Fixada em até 95% do Salário de Contribuição – Vide Carta de Concessão).....	452
6. Ação de Revisão de Aposentadoria por Invalidez, deferida até 05.04.91	456
7. Ação de Revisão de Aposentadoria por Invalidez, deferida entre 06.04.91 a 28.04.95	461
8. Ação de Revisão de Aposentadoria por Tempo de Serviço pelo Fator Previdenciário (Segurados que Reuniram todos os Requisitos para a Inativação após 01.12.2003 – Utilização da Nova Tábua de Mortalidade)	465
9. Ação de Revisão de Aposentadoria por Tempo de Serviço pelo Fator Previdenciário (Segurados que Reuniram Todos os Requisitos para a Inativação antes de 01.12.2003 – Utilização da Nova Tábua de Mortalidade).....	472
10. Ação de Revisão de Benefício de Ex-ferroviário	479
11. Ação de Revisão de Benefício Previdenciário (Auxílio-acidente concedido antes da CF/88, Fixado em 40% do Salário de Contribuição, Atualmente no Valor Correspondente a 40% do Salário-mínimo. Requer Majoração para 91% do Valor do Salário de Contribuição, Devidamente Corrigido em Virtude da Inconstitucionalidade de Pagamento Inferior ao Salário-mínimo. A Lei Nova deve Retroagir por se Tratar de Prestação Alimentar de Relevante Questão Social).....	484
12. Ação de Revisão de Benefício Previdenciário – Benefícios concedidos entre 05.10.1988 a 05.04.1991 ..	488
13. Ação de Revisão de Benefício Previdenciário – Data do Início da Pensão por Morte	493
14. Revisão da Renda Mensal Inicial Limitada pelo Teto do Valor do Benefício Previdenciário	496
15. Ação de Revisão de Benefício Previdenciário – Revisão da RMI nos Termos do Art. 58 do ADCT.....	501
16. Ação de Revisão de Benefício Previdenciário – Sistemática de Conversão em URV – Benefícios que em 01.03.94 já Havia sido Concedidos (Veja: Apelação da Sentença).....	504
17. Apelação da Sentença	508
18. Razões de Recurso de Apelação	509
19. Ação de Revisão de Benefício Previdenciário para Aposentadorias Concedidas entre Março de 94 e Março de 97	511
20. Ação de Revisão de Benefício Previdenciário – para Quem se Aposentou entre 17.06.77 e 05.10.88	514

21. Revisão de Benefício Previdenciário – Limitação do Salário de Benefício e da Renda Mensal Inicial.....	517
22. Revisão de Benefício Previdenciário – Parcelas e Índices de Correção do Salário de Contribuição.....	520
23. Ação de Revisão de Aposentadoria por Idade – Cálculo dos 80% Maiores Salários de Contribuição	523
24. Ação de Danos Morais por Demora na Concessão de Benefício Previdenciário.....	527
25. Ação de Danos Morais por Não Concessão de Benefício Previdenciário	534

MANIFESTAÇÕES, IMPUGNAÇÕES E ADITAMENTOS - REVISÃO DE BENEFÍCIO

1. Aditamento da Inicial (Somente Possível Antes da Citação da Requerida – Inclusão de Fundamentos e Pedidos).....	543
2. Impugnação à Contestação – Ação de Revisão de Benefício – O INSS Alega Prescrição do Direito – Reajuste pelo INPC – Maio de 1996, Junho de 1997 e Junho de 2001.....	544
3. Impugnação à Contestação – Ação de Revisão de Benefício Previdenciário – Inicial Proposta Requerendo Majoração para 100% da Pensão por Morte, e mais: Perdas na Conversão em URV e INPC dos Anos de 1996, 1997 e 2001	548
4. Impugnação à Contestação em Ação de Pensão por Morte (em Contestação o INSS Alega Perda da Qualidade de Segurado por Parte do DE CUJUS , em Virtude do Artigo 47, CLPS. – em Impugnação Ratifica-se que Pensão por Morte Independe de Carência, seja qual for a Legislação Vigente à Época do Falecimento)	552
5. Impugnação à Contestação – em Ação de Restabelecimento de Auxílio-doença por Acidente de Trabalho.....	554
6. Impugnação à Contestação em Ação de Restabelecimento de Auxílio-doença – Doença Ocupacional.....	558
7. Impugnação à Contestação em Ação de Restabelecimento de Auxílio-doença (Acidente de Trabalho) – Requer Decretação de Revelia, Posto que a Defesa da Autarquia foi Realizada por Advogado e Não por Procurador Autárquico, e Não se Juntou Comprovante de Credencial de Preposto, Obrigatório em tais Casos. Mais: Requer a Condenação em Litigância de Má-fé por Atos Temerários Praticados em Nome da Autarquia na Elaboração da Contestação	562
8. Impugnação à Contestação em Ação de Revisão de Benefício Previdenciário	567
9. Juntada de Comprovante de Interposição de Agravo de Instrumento – A ser Apresentada no Prazo de 3 (Três) Dias da Interposição do Recurso	571
10. Manifestação ao Juízo de que o Pleito se Trata de Ação Principal com Pedido de Tutela de Urgência – Ao Receber a Inicial o Juízo Entendeu Tratar-se de Tutela de Urgência Antecedente, Requerendo que Fosse Informada qual a Ação Principal a ser Proposta.....	573
11. Manifestação ao Juízo sobre Ciência da Data da Audiência – Autor Mudou de Endereço sem Comunicar ao Juízo, e a Intimação Retornou	574
12. Manifestação de Cumprimento de Despacho para Ofício Requisitório de Pagamento de Honorários Sucumbenciais – Julgada Procedente a Ação, o Juiz Determinou a Informação do CPF do Advogado para a Expedição de Ofício Referente aos Honorários Sucumbenciais.....	575
13. Manifestação pela não juntada de documentos – Total impossibilidade de fazê-lo no prazo fixado pelo Juiz	576
14. Manifestação pelo Deferimento – Auxílio-doença com Aposentadoria.....	578
15. Petição de Ratificação de Interposição de Recurso	580
16. Requerimento das Benesses da Lei n. 1.060/50, em Ação já em Curso (Acompanha Declaração de Miserabilidade Jurídica)	582

17. Requerimento de Juntada de Documentos Autenticados (à Inicial Não foram Juntados Documentos Autenticados, sendo pelo Juízo Determinada a Emenda)	583
18. Requerimento de Juntada de Subestabelecimento.....	584
19. Requerimento de Prorrogação de Prazo para Realização de Exame Pericial e Suspensão do Processo até sua Realização – Exame a ser Realizado em Clínica Particular, a qual Não Conta com Horário Disponível .	585

EXECUÇÃO DE SENTENÇA - MANIFESTAÇÃO E PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS

1. Execução de Sentença – Implantação de Benefício (JEF)	589
2. Execução de Sentença – Pagamento de Valor Acumulado e Implantação do Benefício (JEF)	590
3. Execução de Sentença – Pagamento do Valor Devido ao Segurado ou Sucessor (JEF)	591
4. Manifestação de Concordância e Requerimento para Expedição de Ofício Requisitório para Pagamento do Segurado (Julgada Procedente a Ação, foi Determinado que o INSS Realizasse o Cálculo dos Valores ao Segurado. Conferindo a Exatidão do Cálculo Apresentado pelo INSS, Requer-se o Pagamento)	593
5. Requerimento de Ofício Requisitório para Pagamento de Honorários Advocatícios – com Juntada de Cálculo e Indicação de CPF do Procurador, ainda Não Informado nos Autos	594

RECURSOS E EMBARGOS

1. Embargos de Declaração (ao Proferir a Sentença, de Forma Equivocada, o Magistrado Entendeu pela Sucumbência Recíproca. Ocorre que havia sido Apresentado Pedido Alternativo, tendo sido um deles Julgado Procedente, não Havendo, Portanto, como se Falar em Decisão Parcialmente Procedente).....	597
2. Embargos de Declaração (A Sentença Não Aborda Todos os Fundamentos Utilizados pelo Autor e, Embora Seja Facultado Tal Procedimento ao Magistrado, Tal Omissão, que Afronta a Legislação Constitucional, Dificultará ao Autor, ao Interpor Recurso, a Defesa de seus Direitos)	599
3. Interposição de Agravo de Instrumento – Denegatória de Pedido Liminar – Requerente Doente de Câncer.....	600
4. Informação ao Juízo de Interposição de Agravo de Instrumento	601
5. Interposição de Apelação – Ação Revisional Julgada Totalmente Improcedente	602
6. Interposição de Recurso de Apelação em Ação de Revisão de Benefício Previdenciário (Modelo Adaptável a Qualquer Caso Revisional)	603
7. Razões de Agravo de Instrumento – Denegatória de pedido liminar – Requerente doente de câncer	604
8. Modelo de Juntada de Cópia de Petição de Agravo de Instrumento.....	607
9. Razões de Apelação – Ação Revisional Julgada Totalmente Improcedente – Reajuste do INPC (Na Sentença, entre outras Alegações, o Juiz Menciona a Prescrição)	609
10. Razões de Recurso de Apelação de Revisão de Benefício Previdenciário (Trata de Sentença que Julgou Totalmente Improcedente a Ação para que o Benefício Fosse Revisto na Forma do Art. 75, Lei 8.213/91, com a Redação dada pela Lei 9.032/95 – Valor em Renda Mensal Igual a 100% (Cem por Cento) do Salário de Benefício e Conversão em URV)	614
11. Razões de Recurso de Apelação em Ação de Revisão de Benefício Previdenciário (Trata de Sentença que Julgou Improcedente o Pedido, Declarando a Prescrição do Direito do Aposentado/Pensionista. Opõe-se que o Benefício Previdenciário tem Cunho Alimentar, portanto, Imprescritível.....	620

OUTRAS ATUAÇÕES

1. Ação Judicial – Inclusão de Dados no CNIS	625
2. Ação Condenatória – para que o INSS Pague os Valores Acumulados – Deferido o Benefício após alguns Meses depois da Entrada de Requerimento, o INSS se Nega a Pagar, Administrativamente, os Valores Acumulados	628
3. Ação de Obrigação de Fazer com Pedido Liminar. Ação Inédita no Brasil: em Virtude do Descaso do INSS em Relação aos Aposentados e Pensionistas e, ainda, em Virtude de Greve e de Mau Atendimento, as Filas em Busca de Atendimento se Tornaram Insuportáveis aos Comerciantes Locais Vizinhos da Autarquia. Com tal intervenção judicial foi Solucionada a Questão, sendo que a Autarquia Alterou a Forma de Atendimento aos Beneficiários. (em que Pese o Presente Modelo Não ser Pertinente à Área Previdenciária, consta do Presente Banco de Dados por se Tratar de Ação em Face do INSS, Podendo ser Adaptada ao Caso Concreto Experimentado pelo Cliente)	631
4. Mandado de Segurança – Inativos	640
5. Mandado de Segurança – Pensionista	647

MODELOS ADMINISTRATIVOS

1. Modelo de Justificação Administrativa para Inclusão de Período de Contribuição	657
2. Procuração (saque do FGTS)	658
3. Requerimento de extrato de FGTS (solicitado pelo empregador em virtude de Reclamatória Trabalhista)	659
4. Requerimento de Comprovante de Depósito de FGTS (Solicitado pelo Empregado ao Empregador)	660
5. Requerimento ao INSS de Certidão Negativa de Débitos	661
6. Autorização de Baixa de CTPS (Quando o Empregado Requer Perante o INSS a Aposentadoria, Não tendo sido Efetuada a Competente Baixa em sua CTPS).....	662
7. Comprovante de Entrega de CTPS	663
8. Contrato de Honorários (Contrato de Risco).....	664
9. Contrato de Honorários (Fixados em Reais)	666
10. Contrato de Honorários (Fixados em Porcentagem sobre o Ganho Auferido ao Cliente).....	668
11. Declaração de Miserabilidade Jurídica	671
12. Declaração de Revogação de Procuração (A ser Apresentada ao INSS para Substituição de Pessoa Autorizada a Receber o Benefício) – Aposentadoria por Invalidez.....	672
13. Termo de Substabelecimento de Advogado (Modelo Básico – Adaptável).....	673
14. Termo de Substabelecimento sem Reserva de Poderes.....	674
15. Termo de Substabelecimento com Reserva de Poderes.....	675
16. Contrato de Substabelecimento	676
17. Termo de Devolução de Documentos a Clientes	678
18. Recibo de Honorários Dando Quitação Total dos Valores Pagos pelo Cliente	679
19. Requerimento, a Anterior Advogado, de informações Acerca do Andamento do Processo (para ser Decidido, em Observância ao Estatuto de Ética, se Aceita Procuração que Cliente Deseja Outorgar)	680
20. Requerimento à Caixa Econômica Federal para que seja Fornecido o Saldo do FGTS (para ser Analisada a Propositura de Ação Processual).....	681

21. Prestação de Contas ao Cliente Acerca do Andamento de Processos.....	682
22. Interposição de Recurso ao INSS (Recurso Administrativo por Indeferimento de Aposentadoria Especial).	684
23. Interposição de Recurso ao INSS (Recurso Administrativo por Indeferimento de Aposentadoria Rural).....	685
24. Razões de Recurso ao INSS (Recurso Administrativo por Indeferimento de Aposentadoria Especial)	686
25. Razões de Recurso ao INSS (Recurso Administrativo por Indeferimento de Aposentadoria Rural)	688

SÚMULAS DO STJ PERTINENTES À SEARA PREVIDENCIÁRIA E/OU ATUAÇÃO JUDICIAL	691
--	------------

SÚMULAS DO STF PERTINENTES À SEARA PREVIDENCIÁRIA E/OU ATUAÇÃO JUDICIAL	699
--	------------

ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO	707
--	------------

INSTRUÇÕES PARA USO DAS PEÇAS PRÁTICAS ON-LINE DESTE LIVRO	716
---	------------



HISTÓRICO



CAPÍTULO I

Origem e Evolução Legislativa

1. No Brasil

1.1. Constituição de 1824

Na Constituição de 1824, a única disposição pertinente à seguridade social é a do artigo 179, em que se preconizava a constituição dos socorros públicos (XXXI). O Ato Adicional de 1834, em seu artigo 10, estipulava a competência das Assembleias Legislativas para legislar sobre as casas de socorros públicos, conventos etc., que foram instituídos pela Lei nº 16, de 12 de agosto de 1934.

O Montepio Geral dos Servidores do Estado (Mongeral) apareceu em 22 de junho de 1835, e foi a primeira entidade privada a funcionar no país. Tal instrumento legal é anterior à lei austríaca, de 1845, e à lei alemã, de 1883. Previa um sistema típico do mutualismo (sistema por meio do qual várias pessoas se associam e vão se cotizando para a cobertura de certos riscos, mediante a repartição dos encargos com todo o grupo). Contém a maior parte dos institutos jurídicos securitários existentes nas modernas legislações e foi concebido muito tempo antes da Lei Eloy Chaves.

O Código Comercial de 1850 já previa, no art. 79, que “os acidentes imprevistos e inculcados, que impedirem aos prepostos o exercício de suas funções não interromperão o vencimento de seu salário, contanto que a inabilitação não exceda três meses contínuos”.

O Regulamento nº 737, de 25.11.1850, assegurava aos empregados acidentados no trabalho os salários por no máximo 3 (três) meses.

O Decreto nº 2.711, de 1860, regulamentou o financiamento de montepios e sociedades de socorros mútuos.

O Decreto nº 3.397, de 24.11.1888, criou a Caixa de Socorro para o pessoal das estradas de ferro do Estado. O Decreto nº 9.212, de 26.03.1889, estatuiu o montepio obrigatório para os empregados dos Correios. O Decreto nº 10.269, de 20.07.1889, estabeleceu um fundo especial de pensões para os trabalhadores das Oficinas da Imprensa Régia.

1.2. Constituição de 1891

A Constituição de 1891 foi a primeira a conter a expressão *aposentadoria*. Determinou que a “aposentadoria só poderá ser dada aos funcionários públicos em caso de invalidez no serviço da Nação” (art. 75). Na verdade, o benefício era realmente dado, pois não havia nenhuma fonte de contribuição para o financiamento de tal valor.

Nas Disposições Transitórias estipulava-se ao Imperador Dom Pedro uma pensão, a contar de 15 de novembro de 1889, durante toda sua vida, que seria fixada pelo Congresso Ordinário (art. 7º).

O Decreto Legislativo nº 3.724, de 15.01.1919, estabelecia maiores pormenores sobre acidentes no trabalho.

A Lei Eloy Chaves (Decreto legislativo nº 4.682, de 24.01.1923) foi a primeira a instituir no Brasil a previdência social, com a criação de Caixas de Aposentadorias e Pensões para os ferroviários, de âmbito nacional. Tal fato ocorreu em função das manifestações gerais dos trabalhadores da época e da necessidade de apaziguar um setor estratégico e importante da mão de obra daquele tempo. Prevvia os benefícios de aposentadoria por invalidez, a ordinária (equivalente à aposentadoria por tempo de serviço), pensão por morte e assistência médica.

A referida Lei destinou-se a estabelecer, em cada uma das empresas de estrada de ferro existentes no país, uma Caixa de aposentadoria e de pensões para os respectivos empregados.

A Emenda Constitucional de 1926, de 3 de setembro, estabeleceu por meio do § 29 do art. 54 que o Congresso Nacional estava autorizado a “legislar sobre licença, aposentadoria e reformas, não se podendo conceder, nem alterar, por lei especiais”.

O Decreto nº 20.465, de 1º.10.1931, reformulou a legislação das Caixas. Estas na época já eram extensivas a outros serviços públicos, como aos telégrafos, água, portos, luz etc.

A partir de 1930, época da revolução, o sistema previdenciário deixou de ser estruturado por empresa, passando a abranger categorias profissionais.

Em 29.06.1933, por intermédio do Decreto nº 22.872, foi criado o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Marítimos (IAPM), que foi seguido por outros institutos de aposentadorias e pensões, sempre estruturados por categorias profissionais e não mais por empresas.

O Decreto-Lei nº 3.832, de 18.11.1941, veio dispor sobre a situação dos armadores de pesca e dos pescadores e indivíduos empregados em profissões conexas com a indústria da pesca, pertencendo estas pessoas também, para efeito de benefícios previdenciários, ao IAPM.

O Decreto nº 24.273, de 22.05.1934, criou o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciais (IAPC).

O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB) foi criado pelo Decreto nº 24.615, de 09.06.1934, sendo destinado aos empregados de bancos ou de casas bancárias, mas servia apenas para os trabalhadores subordinados.

1.3. Constituição de 1934

A Constituição mantinha a competência do Poder Legislativo para instituir normas sobre aposentadorias (art. 39, inciso 8, item *d*); fixava a proteção social ao trabalhador (art. 121). A alínea *h*, do § 1º do art. 121 tratava da “assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante, assegurando a esta descanso, antes e depois do parto, sem prejuízo do salário e do emprego, e instituição de previdência, mediante contribuição igual da União, do empregador e do empregado, a favor da velhice, da invalidez, da maternidade e nos casos de acidentes de trabalho ou de morte”.

A Lei Fundamental de 1934 já estabelecia a forma tríplex de custeio: ente público, empregado e empregador, tornando obrigatória a contribuição.

O § 3º, do art. 170, previa aposentadoria compulsória para os funcionários públicos que atingissem 68 anos de idade. Assegurava-se ao funcionário público aposentadoria por invalidez, com salário integral, para quem tivesse no mínimo trinta anos de trabalho (art. 170, § 4º). O funcionário público acidentado tinha direito a benefícios integrais (art. 170, § 6º). O § 7º do art. 170 já apontava o princípio de que “os proventos da aposentadoria ou jubilação não poderão exceder os vencimentos da atividade”.

A Lei nº 367, de 31.12.1936, cria o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI). Os empregados da indústria podiam se inscrever facultativamente. Eram excluídas do sistema as atividades industriais exclusivamente familiares: “onde não haja empregados e empregadores definidos” (art. 2º e parágrafo único).

1.4. Constituição de 1937

A Carta Política de 1937 emprega muito a expressão *seguro social*, em vez de *previdência social*.

O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes de Cargas (IAPETC) foi criado pelo Decreto-Lei nº 775, de 07.10.1938. Estavam também incluídos neste sistema os trabalhadores avulsos em carga e descarga; os estivadores; os conferentes, consertadores e separadores de carga; e os condutores profissionais de veículos terrestres.

1.5. Constituição de 1946

Nessa Constituição surge pela primeira vez a expressão *previdência social*, desaparecendo a expressão, antes em voga, *seguro social*.

O inciso XVI do art. 157 consagrava a “previdência, mediante contribuição da União, do empregador e do empregado, em favor da maternidade e contra as consequências da doença, da velhice, da invalidez e da morte”.

A Lei nº 3.807, de 26.08.1960, Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), veio padronizar o sistema assistencial. Ampliou os benefícios, tendo surgido vários auxílios, como auxílio-maternidade, auxílio-funeral e auxílio-reclusão, e ainda estendeu a área de assistência social a outras categorias profissionais.

O Decreto-Lei nº 72, de 21.11.1966, unifica os institutos de aposentadorias e pensões, centralizando a organização previdenciária no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que foi realmente implantado em 02.01.1967.

1.6. Constituição de 1967

A Constituição de 1967, de 24.01.1967, que entrou em vigor em 15.03.1967 (art. 189), não inovou em matéria previdenciária em relação à Constituição de 1946. O art. 158 repete praticamente as mesmas disposições do art. 157 da Lei Magna de 1946. O § 1º do art. 158 repete o princípio da precedência da fonte de custeio. Trata-se do benefício do seguro-desemprego (158, XVI), que posteriormente foi regulamentado pela Lei nº 4.923, de 1965, com o nome de *auxílio-desemprego*. Assegura-se a aposentadoria à mulher aos trinta anos de trabalho, com o salário integral (inciso XX do art. 158).

1.7. Emenda Constitucional nº 1, de 1969

A Emenda Constitucional nº 1, de 17.01.1969, que entrou em vigor em 30.10.1969, também não apresentou alterações substanciais em relação à Constituição de 1946 e à de 1967, repetindo praticamente a Constituição de 1967.

A Lei nº 6.195, de 19.01.1974, cria a infortunística rural.

A Lei nº 6.439, de 1º.07.1977, instituiu o SINPAS (Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social), tendo como objetivo a reorganização da Previdência Social.

1.8. Constituição de 1988

A Constituição de 1988 foi promulgada em 5 de outubro de 1988, e traz todo um capítulo que trata da Seguridade Social (art. 194 a 204). Com o advento da Lei nº 8.029, de 12.04.1990, e do Decreto nº 99.350, de 27.06.1990, foi criado o INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), autarquia federal vinculada ao então Ministério do Trabalho e Previdência Social, mediante a fusão do IAPAS (Instituto de Administração Financeira da Previdência Social) com o INPS (Instituto Nacional da Previdência Social).

1.9. As Emendas Constitucionais ocorridas desde 1988 até 2019

Desde a promulgação da nossa Constituição Federal, seis emendas já alteraram, em diferentes níveis, as regras da Seguridade Social.

A EC 3/93, no governo de Itamar Franco, foi direcionada aos servidores públicos, estabelecendo que as aposentadorias e pensões seriam custeadas com recursos provenientes da União e das contribuições dos servidores.

Em 1998, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, tivemos a EC 20, que atingiu o setor público e o privado. Destacam-se as mudanças que ocorreram no setor privado (RGPS) com a substituição do termo “tempo de serviço” por “tempo de contribuição”; aposentadoria proporcional, e fixação de idades mínimas. Esta EC, entretanto, assegurou o direito adquirido para os trabalhadores (públicos e privados) que até 16 de dezembro de 1998 tivessem cumprido os requisitos até então vigentes.

No primeiro governo de Lula tivemos a EC 41/03, que concentrou as mudanças no setor público, alterando a média das remunerações, cobrança de inativos e criação de teto e subteto salarial nas esferas federais, estaduais e municipais.

Ainda no governo de Lula, em 2005, foram estabelecidas novas regras para trabalhadores de baixa renda e domésticos.

No governo da Dilma, a EC 70/12, direcionada a servidores públicos, alterou o cálculo da aposentadoria por invalidez, que passou a ser realizado com base na média das remunerações do servidor, e em 2015 a EC 88 alterou a aposentadoria compulsória no setor público de 70 para 75 anos.

Como podemos ver, todas as reformas anteriores foram pontuais.

A EC 06/19 iniciou-se com a PEC 287, ainda no governo Temer, e sofreu diversas alterações, até que em novembro de 2019 foi promulgada. Alterou diversos pontos, tanto no que diz respeito ao RGPS quanto ao que concerne ao setor público.

Este Manual trata, exclusivamente, dos trabalhadores da iniciativa privada, e a partir do próximo capítulo trataremos de todos os pontos inerentes ao Regime Geral da Previdência Social.

CAPÍTULO II

Seguridade Social

A Previdência Social brasileira tem a seguinte estrutura básica:

- MPAS - Ministério da Previdência e Assistência Social
- INSS - Instituto Nacional de Seguro Social
- DATAPREV - Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social

1. Conceituação

Podemos conceituar a Seguridade Social como um conjunto de princípios, normas e instituições, integrado por ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, visando assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

A palavra *conjunto* revela que a Seguridade Social é composta de várias partes organizadas, formando um sistema.

Contém a seguridade social princípios que são colocações genéricas das quais derivam as demais normas. Com o conhecimento dos princípios da Seguridade Social, nota-se um tratamento científico dado à disciplina, justificando, também, sua autonomia.

No Direito da Seguridade Social não existe apenas um conjunto de princípios e normas, mas também de instituições, de entidades, que criam e aplicam o referido ramo do Direito. Nas mãos do Estado está centralizado todo o sistema de seguridade social, que organiza o custeio do sistema e concede os benefícios e serviços. O órgão incumbido dessas determinações é o INSS, autarquia subordinada ao Ministério da Previdência e Assistência Social.

Não é apenas o Poder Público que vai participar do sistema da seguridade social, mas toda a sociedade, por intermédio de um conjunto integrado de ações de ambas as partes envolvidas. É claro que eventuais insuficiências financeiras ficarão a cargo da União, porém isso não desnaturaliza a participação de todas as pessoas.

O Estado, portanto, vai atender às necessidades que o ser humano vier a ter nas adversidades, dando-lhe tranquilidade quanto ao presente e, principalmente, quanto ao futuro, mormente quando o trabalhador tenha perdido a sua remuneração, de modo a possibilitar um nível de vida aceitável.

Evidencia-se que as necessidades citadas são sociais, pois desde que não atendidas irão repercutir sobre outras pessoas e, por consequência, sobre a sociedade inteira. A OIT também entende que a Seguridade Social é parte da proteção social como um todo.

A Seguridade Social visa, portanto, a amparar os segurados nas hipóteses em que não possam prover às suas necessidades e às de seus familiares, por seus próprios meios.

2. Organização

A Seguridade Social engloba um conceito amplo, abrangente, universal, destinado a todos que dela necessitem, desde que haja previsão na lei sobre determinado evento a ser coberto. É na verdade o gênero do qual são espécies a Previdência Social, a Assistência Social e a Saúde.

Nos termos do Artigo 201, Constituição Federal, a Previdência Social, de caráter contributivo e filiação obrigatória, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, atenderá as incapacidades temporárias e permanentes para o trabalho, a maternidade, a idade avançada, as necessidades dos dependentes dos segurados em decorrência de filiação (salário-família) ou reclusão (auxílio-reclusão), assegurando, ainda, aos dependentes sustento em caso de morte dos beneficiários.

A Assistência Social irá tratar de atender os hipossuficientes, destinando pequenos benefícios a pessoas que nunca contribuíram para o sistema (ex.: renda mensal vitalícia).

A Saúde pretende oferecer uma política social e econômica destinada a reduzir riscos de doença e outros agravos, proporcionando ações e serviços para a proteção e recuperação do indivíduo.

CAPÍTULO III

Princípios da Seguridade Social

Por ser um ramo específico do Direito, a Seguridade Social também tem princípios próprios.

O princípio de uma estrada é o seu ponto de partida, ensinam os juristas.

Alguns princípios da Seguridade Social têm natureza internacional, contidos em muitas legislações, além de serem básicos, como o da universalidade, da suficiência das prestações e da solidariedade.

Podemos mencionar que certos princípios de Direito, como os da igualdade, da legalidade e do direito adquirido, apesar de não serem especificamente de Direito da Seguridade Social, são aplicáveis a essa disciplina.

Reza o *caput* do art. 5º da Constituição que: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza...” A regra da igualdade consiste em aquilhoar desigualmente os desiguais, na medida em que sejam desiguais. Nessa desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade. Tratar como desiguais os iguais, ou os desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real.

Dispõe o art. 5º, II, da Lei Fundamental que: “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei”. É o que se denomina de princípio da legalidade, da reserva legal. A menção ao termo *lei* deve ser compreendida como sendo norma proveniente do Poder Legislativo, pois é comum a expedição pelo Poder Executivo de portarias, ordens de serviços, decretos etc., que não podem ser considerados leis. Só haverá a obrigação de pagar determinada contribuição previdenciária ou a concessão de determinado benefício da Seguridade Social, se houver previsão em lei. Inexistindo esta, não há obrigação de contribuir, nem direito a certo benefício.

No que diz respeito às alterações trazidas pela Reforma da Previdência cumpre ressaltar que aqueles que até a data da entrada em vigor da Emenda não haviam preenchido todos os requisitos para a concessão do benefício/auxílio previdenciário não possuem direito adquirido, mas apenas expectativa de direito, devendo, portanto, se submeterem às regras de transição (oportunamente serão explicitadas).

Quanto ao direito adquirido (art. 5º, XXXVI, da Lei Maior), há significativa importância na Previdência Social, principalmente no que diz respeito às aposentadorias. O segurado adquire direito à aposentadoria no momento em que reúne todos os requisitos necessários a obtê-la.

Sobre o direito adquirido, no que toca à Reforma da Previdência, cumpre ressaltar que na justificativa apresentada por Paulo Guedes – enquanto Ministro da Economia – há diversas referências ao direito adquirido, como, por exemplo, quando cita que será assegurado, a qualquer tempo, o direito daqueles que preencheram os requisitos antes da entrada em vigor da citada Emenda.



ATENÇÃO: Existe uma grande diferença entre “direito adquirido” e “expectativa de direito”. Direito adquirido significa que a pessoa já preencheu todos os requisitos para a concessão da aposentadoria quando a regra mudou. Expectativa de direito significa que a pessoa estava cumprindo (mas ainda não cumpriu) todos os requisitos necessários para a concessão da aposentadoria quando a regra mudou.

1. Solidarismo

A República Federativa do Brasil tem como objetivo fundamental: “construir uma sociedade livre, justa e solidária” (art. 3º, I). Aplicado esse preceito à Seguridade Social, vamos observar que aqueles que têm melhores condições financeiras devem contribuir com uma parcela maior para financiar a Seguridade Social. Ao contrário, os que têm menores condições de contribuir devem ter uma participação menor no custeio da Seguridade Social, de acordo com suas possibilidades, mas não podendo deixar de contribuir. Sendo assim, vai se formando a cotização de cada uma das pessoas envolvidas pela Seguridade Social para a constituição do numerário visando à concessão dos seus benefícios.

sÉ em razão do princípio da isonomia aplicado ao princípio do solidarismo que as contribuições à Previdência Social são escalonadas.

2. Princípios Constitucionais

O parágrafo único do art. 194 do Estatuto Supremo determina ao Poder Público, no caso o federal, nos termos da lei, organizar a seguridade social com base em objetivos que poderíamos apontar como os verdadeiros princípios da Seguridade Social: universalidade da cobertura e do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços; irreducibilidade do valor dos benefícios; equidade na forma de participação no custeio; diversidade da base de financiamento; caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial dos trabalhadores, empresários e aposentados.

2.1. Universalidade da Cobertura e do Atendimento

No nosso sistema, tem a Seguridade Social como postulado básico a universalidade, ou seja: todos os residentes no país farão jus a seus benefícios, não devendo existir distinções.

A universalidade de cobertura deve ser entendida como a necessidade daquelas pessoas que forem atingidas por uma contingência humana, seja a impossibilidade de retornar ao trabalho, a idade avançada, a morte etc. Já a universalidade do atendimento refere-se às contingências que serão cobertas, não às pessoas envolvidas, ou seja, as adversidades ou acontecimentos em que a pessoa não tenha condições próprias de renda ou de subsistência.

Observe que para usufruir de um Benefício Previdenciário (ou uma pensão, enquanto dependente) é necessário que tenha ocorrido o fato gerador da contribuição (Recorde-se que o benefício concedido ao deficiente e ao idoso – LOAS – não é um Benefício Previdenciário, e sim assistencial)

Diz-se que é necessário ocorrer o fato gerador da contribuição porque, no caso de empregado, a inexistência de contribuição não pode ser óbice ao recebimento do benefício, posto que a contribuição é ônus do empregador. O assunto será retomado oportunamente quando tratarmos dos benefícios previdenciários devidos aos trabalhadores empregados.

2.2. Uniformidade e Equivalência dos Benefícios e Serviços às Populações Urbanas e Rurais

Até a Constituição Federal de 1988 (CF/88) existiam dois regimes de previdência, o Urbano, por meio da LOPS – Lei Orgânica da Previdência Social, e o Rural, por meio da lei do FUNRURAL. Com a publicação da CF/88, o constituinte igualou os regimes de previdência das duas populações, pagando os mesmos benefícios (uniformidade), garantindo o mesmo valor (equivalência), considerando, obviamente, as respectivas contribuições.

Observe que uniformidade não significa que os trabalhadores urbanos e rurais devem preencher sempre os mesmos requisitos para os benefícios, pois que, no caso de aposentadoria por idade, por exemplo, os rurais têm idade reduzida, daí o termo “equivalência”.

2.3. Seletividade e Distributividade na Prestação de Benefícios e Serviços

A seleção das prestações vai ser feita de acordo com as possibilidades econômico-financeiras do sistema da seguridade social. Mais: será considerado o evento enfrentado pelo Segurado/Dependente para a concessão do benefício/pensão.

Para cada evento há um benefício específico. Por exemplo: quem atinge a idade mínima faz jus à Aposentadoria por Idade, e não à Aposentadoria por Invalidez.

2.4. Irredutibilidade do Valor dos Benefícios

O poder aquisitivo dos benefícios não pode ser onerado. A forma de correção dos benefícios previdenciários vai ser feita de acordo com o preceituado na lei.

No seio da Assembleia Constituinte houve muita preocupação com a redução dos benefícios previdenciários, pois no decorrer dos anos o beneficiário vinha perdendo o poder aquisitivo que tinha quando se aposentou. A legislação salarial, ou correção do salário-mínimo, nunca implicou a preservação real dos benefícios previdenciários.

É oportuno mencionar que a irredutibilidade de Benefícios diz respeito ao valor nominal, e não ao valor real. O valor nominal é aquele valor fixado quando da concessão do Benefício. O valor real é o que aquele valor fixado representava de poder aquisitivo.

Exemplo: João se aposentou com a renda mensal inicial fixada em R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais). Na data de sua aposentadoria o valor correspondia a 3 salários mínimos e era suficiente para comprar 100 cestas básicas. Após cinco anos de sua aposentadoria, João recebe o equivalente a 2 salários mínimos e o valor é suficiente para comprar apenas 40 cestas básicas. Não houve redução do valor nominal, apenas do valor real (poder aquisitivo). Não há inconstitucionalidade nessa redução, por mais absurda que seja essa situação.

Exemplo 2: João se aposentou com renda mensal inicial fixada em R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais). Cinco anos após a concessão, João está recebendo R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). Houve redução nominal, a redução é inconstitucional.

Por fim, em relação a este tópico, é importante mencionar que poderá haver redução nominal se caracterizado erro, dolo ou fraude na sua fixação, ressaltando-se que em caso de erro cometido pela fonte pagadora (INSS) sem que tenha havido interferência do segurado (Ex.: o agente administrativo simplesmente errou no cálculo do valor inicial), de acordo com nosso entendimento e de parcela significativa da doutrina e jurisprudência, não há necessidade de devolução por parte do segurado (valor de caráter alimentar recebido de boa-fé pelo segurado). Entretanto, caso o segurado tenha cometido ato ilícito (adulterado informações, por exemplo) o valor deverá ser devolvido (ressarcido aos cofres públicos) com as devidas atualizações monetárias, sem prejuízo de outras sanções.

2.5. Equidade na Forma de Participação no Custeio

Antes da Reforma da Previdência os ativos (trabalhadores em atividade) arcavam com o pagamento dos benefícios dos inativos (aposentados), ou seja, vigia o princípio da equidade. Com os debates da Reforma da Previdência veio a proposta de que seja realizada a capitalização, que é uma espécie de poupança que o trabalhador faz para garantir a aposentadoria no futuro, sendo que o dinheiro é investido individualmente.

O sistema de capitalização ainda não foi implantado, dependendo de Lei Complementar de iniciativa do Poder Executivo Federal. De acordo com Paulo Tafner, autor de uma das propostas de reforma enviadas à equipe de Paulo Guedes, o regime de capitalização precisa ser implantado aos poucos, para evitar a perda de receitas na transição de um modelo para outro. Isso porque, caso a capitalização seja implantada de forma imediata, os aposentados deixariam de contar com a contribuição dos trabalhadores na ativa, elevando o déficit da Previdência.

2.6. Diversidade da Base de Financiamento

A Constituição já prevê diversas formas do financiamento da seguridade social, por meio da empresa, dos trabalhadores, dos entes públicos e dos concursos de prognósticos (art. 195, I a III). Como menciona o art. 195, *caput*, da Lei Maior, a seguridade social será financiada por toda a sociedade.

2.7. Caráter Democrático e Descentralizado na Gestão Administrativa

A Constituição dispõe que os trabalhadores, os empresários e os aposentados participarão da gestão administrativa da seguridade, a qual terá caráter democrático e descentralizado.

Tal regra confirma o que já estava normatizado no art. 10 da Lei Fundamental, em que os trabalhadores e empregadores teriam participação nos colegiados dos órgãos em que se discutam ou haja deliberação sobre questões previdenciárias.

3. Tríplice Forma de Custeio

O custeio da seguridade social será feito de forma tríplice: pelos entes públicos (União, Estados-Membros, Distrito Federal e Municípios), pelos empregadores e pelos trabalhadores (art. 195, I a III, da Constituição). Todos, portanto, devem participar do custeio do sistema, de acordo com a forma preconizada em lei.

4. Preexistência do Custeio em Relação ao Benefício ou Serviço

O princípio da precedência do custeio em relação ao benefício ou serviço surge com a Emenda Constitucional nº 11, de 31.03.1965, ao acrescentar o § 2º ao art. 157 da Constituição de 1946, com a seguinte redação: “nenhuma prestação de serviço de caráter assistencial ou de benefício compreendido na previdência social poderá ser criada, majorada ou estendida sem a correspondente fonte de custeio total”. Nota-se que o dispositivo constitucional mencionava não só benefício da previdência social, mas também serviço de caráter assistencial. Assim, mesmo na assistência social, para a prestação de um serviço, havia necessidade da precedência do custeio.